

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06/01/1992
C	Subscrita



115

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 10.480-002.131/89-15

FCLB

Sessão de 29 de agosto de 1991

ACORDÃO N.º 201-67.322

Recurso n.º 83.625

Recorrente SULFATEK IND. E COMÉRCIO LTDA.

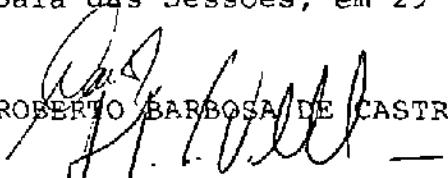
Recorrida DRF EM RECIFE - PE.

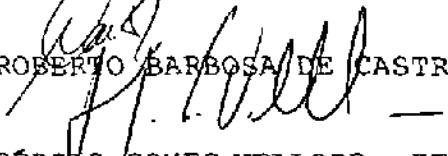
PIS-FATURAMENTO - comprovada a ocorrência de passivo fictício, conforme nos dá conta a documentação que instruiu o litígio relativo ao IRPJ, exige-se sobre a importância omitida a referida contribuição. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SULFATEK IND. E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1991.

  
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

  
SÉRGIO GOMES VELLOSO - RELATOR

  
DIVA MARIA COSTA CRUZ E REIS - PROCURADORA-REPRESENTANTE  
DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 30 AGO 1991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente).



116

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
Processo № 10.480-002.131/89-15

-02-

Recurso №: 83.625  
Acordão №: 201-67.322  
Recorrente: SULFATEK IND. E COMÉRCIO LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

O presente recurso foi apreciado anteriormente por esta Câmara, em sessão de 8 de novembro de 1990, quando o relatamos conforme releio para ser relembrado pela Câmara.

(É lido em plenário o relatório de fls. 410/413 )

Então foi sugerida a prestação de esclarecimentos, mediante anexação de cópia dos elementos de convicção levados ao administrativo, relativo ao IRPJ, inclusive a decisão do E. Primeiro Conselho de Contribuintes- tudo nos termos de nosso voto de fls. 412/413, que transcrevo e leio.

"Este Colegiado, já firmou o entendimento, como não poderia deixar de ser, de que não há reflexo do administrativo de determinação e exigência do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica sobre os procedimentos de exigência de contribuições sociais (Pis/Faturamento e Finsocial) e de IPI ou IS Transportes, pois o imposto de renda tem como fato gerador o lucro real, arbitrado ou presumido, enquanto que as referidas contribuições, que é hipótese dos autos, têm como fato gerador o faturamento de mercadorias ou de serviços.

Com efeito, embora, em sentido lato, possa ser admitido como correto o entendimento de que o

segue-

Processo nº 10.480-002.131/89-15  
Acórdão nº 201-67.322

procedimento sob exame é reflexo de ação fiscal específica na área de outro tributo (imposto sobre a renda, no caso), não se pode, ao meu entender, tomá-lo como reflexivo ou decorrente no sentido estrito do conceito adotado na administração fiscal. É certo que são decorrentes nesse sentido estrito os procedimentos que, tomado os mesmos fatos e elementos que instruíram outro procedimento que denominaram de matriz devem seguir o mesmo destino desta, face à inquestionável relação de causa e efeito, que entrelaça a situação fática, como é de se citar, as ações fiscais em que uma vez apurado lucro na pessoa jurídica pela adição ao cálculo desse tributo de receitas omitidas, considera-se por presunção legal, que o valor dessa omissão seja tomado como distribuído aos sócios. Da mesma forma, tenho que no caso de exigência de Finsocial (com base no Imposto de Renda - PJ) e de PIS/Dedução, os fatos apreendidos no procedimento do IRPJ possa-se considerar como coisa julgada em relação a essas contribuições devidas sobre o IRPJ.

O mesmo, entretanto, não se pode dizer quando se trata de tributo diverso do IR ou de contribuições que têm por base o faturamento e, pois, com normas legais próprias para apreciação das questão de fato e de direito, a serem apuradas em processo próprio e distinto, por força do disposto no art. 9º do Decreto nº 70.235/72.

Ao meu entender, nestes casos, como é o da presente hipótese, em que os elementos materiais devem ser apreendidos, segundo as normas próprias que regem a matéria tributária, cada administrativo deve ser instruído com os seus elementos de convicção, ainda que estes sejam comuns às diversas exigências. É certo que isso importará em duplicação de documentos, porém a eliminação deste estorvo à agilização do processo administrativo somente se poderá dar por alteração do citado Decreto nº 70.235/72 (Processo Administrativo Fiscal).

E isso se impõe, sobretudo, quando as instâncias administrativas revisoras são distintas em relação aos diversos tributos e contribuições, pois que a instância revisora aprecia não só a decisão recorrida, como os argumentos trazidos ao recurso e os elementos de convicção. Vale dizer, sob pena de incidência de cerceamento de defesa, a instância revisora, na apreciação do recurso deve apreciá-lo integralmente, nos seus efeitos suspensivo e devolutivo, verificando todos os argumentos oferecidos à discussão e os elementos de convicção.

Processo nº 10.480-002.131/89-15  
Acórdão nº 201-67.322

118

Dos autos observa-se que ao mesmo fora anexa do grande número de documentos pela Recorrente, não vejo, entretanto, no mesmo, o demonstrativo da conta do passivo questionado pela fiscalização, nem os elementos de convicção levados pela fiscalização.

Por estas razões, voto em preliminar ao mérito, por baixar o presente recurso em diligência a fim de que a autoridade preparadora anexe ao presente cópia reprográfica dos elementos de convicção levados administrativo, relativo ao IRPJ, pela fiscalização e pelo contribuinte (desta, tão-somente os que não tenham sido anexados ao presente feito), inclusive a decisão do Eg. Primeiro Conselho de Contribuintes; se, por economia, entender necessário, junte por linha o aludido administrativo relativo as IRPJ.

O presente administrativo somente deve retornar após cumprida a diligência, aguardando na preparação preparadora até que esta possa obter os dados solicitados."

Cumprida a diligência, votam os autos a esta Câmara, instruído com cópia do Acórdão nº 103-10.977, da E. 3ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, o qual, depois de descrever os fatos, considera comprovado documentalmente a manutenção no passivo, ao final do exercício, de obrigação anteriormente liquidada e, por isso, conforme declara em sua ementa, "considera configurada a irregularidade do saldo da conta FORNECEDORES, e, "ipso facto", procedente a arguida omissão de receita.

  
É o relatório.

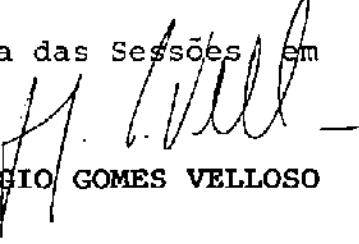
SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL  
Processo nº 10.480-002.131/89-15  
Acórdão nº 201-67.322

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SÉRGIO GOMES VELLOSO.

Tendo em vista os termos do voto constante do referido Acórdão nº 103-10.977, que, contestando as alegações da Recorrente, demonstra a comprovação da irregularidade, ou seja, a configuração do passivo fictício, tenho em que, sobre o valor correspondente, deixou de ser recolhida a contribuição para o PIS/FATURAMENTO.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões em 29 de agosto de 1991.

  
SÉRGIO GOMES VELLOSO